

Homossexualidade e a Psicologia: revisitando a produção científica nacional

Homosexuality and psychology: revisiting a national scientific production

Maria Edna Silva de Alexandre¹

Edgley Duarte de Lima¹

Lilian Kelly de Sousa Galvão²



Resumo: O presente artigo teve por objetivo fazer um levantamento bibliográfico acerca das questões discutidas no âmbito da Psicologia sobre o tema homossexualidade. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática da literatura nas principais bases de dados que indexam periódicos. Os dados foram organizados a partir da técnica de análise de conteúdo de L. Bardin. Dessa forma, constatou-se que a produção científica brasileira sobre o tema homossexualidade, paulatinamente, está saindo do campo da invisibilidade acadêmica, e a Psicologia tem contribuído com o debate dando ênfase as seguintes categorias temáticas: (1) Concepções teóricas e história da homossexualidade; (2) Homofobia e preconceito internalizado; (3) Homossexualidade e repertórios discursivos; (4) Homossexualidade e movimentos sociais; (5) Homossexualidade e adoção; (6) Psicologia e questões de gênero. O estudo se propõe a ampliar as alterações que perpassam o tema homossexualidade, bem como identificar lacunas a serem pesquisadas e respaldadas teoricamente.

Palavras-chave: homossexualidade; homofobia; psicologia

Abstract: This article aimed to review the literature about the discussed issues in psychology's context of the homosexuality's theme. For this, a systematic literature review was conducted in the major databases that index journals. Data were organized using the technique of L. Bardin's Content Analysis. Thus, it was found that the Brazilian scientific production of the homosexuality theme, gradually, is leaving the academic invisibility field, and the psychology has contributed to the debate by emphasizing the following themes: (1) Theoretical conceptions and history of homosexuality; (2) Homophobia and internalized prejudice; (3) Homosexuality and discursive repertoires; (4) Homosexuality and social movements; (5) Homosexuality and adoption; (6) Psychology and gender issues. The study proposes to extend the altercation that pervades the homosexuality subject, as well as identify the gaps to be researched and theoretically supported.

Keywords: homosexuality; homophobia; psychology.

1 Psicóloga pela Universidade Federal de Campina Grande.

2 Professora Doutora do curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande.

Historicamente, a homossexualidade, como categoria social, assumiu diversas representações e, por conseguinte, foi construída, identificada e significada de modos distintos, dependendo das exigências e da realidade socioeconômica, histórica e política de cada época. Se em tempos mais remotos as relações íntimas entre pessoas do mesmo sexo não eram vislumbradas de maneira problemática, a partir do século XIX, com a ascensão do discurso médico-psiquiátrico, essas relações passaram a ser vistas como uma patologia dentro do espectro da anormalidade. Desde então, diversos outros discursos, como o médico-científico, o religioso, o psicanalítico, também tentaram abordar o tema homossexualidade, buscando identificar causas e apresentar explicações que legitimem ou não essa condição existencial.

Atualmente o tema homossexualidade vem sendo discutido pelas ciências humanas e biológicas, pelos grupos religiosos e pelo senso comum de um modo geral, sobretudo após a tentativa de aprovação pela Comissão Brasileira de Direitos Humanos do projeto do deputado João Campos (PSDB-GO), que propõe a liberação de tratamento psicoterapêutico para os homossexuais. Com a extinção dos artigos da Resolução nº 001/99 do Conselho Federal de Psicologia, que proíbem tal prática por parte dos psicólogos (CFP, 2013). Diante da grande repercussão da proposta entre o público LGBTTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), psicólogo(a) s e a sociedade em geral, o então parlamentar retirou de pauta o projeto de lei relatado.

Além das polêmicas impulsionadas pelo projeto de lei mencionado acima, outras questões relacionadas aos sujeitos LGBTTTT vêm ganhando destaque na mídia, (des)construindo crenças, valores e representações. Nesse contexto, observa-se a profusão de discursos acerca da legitimidade dos modos de ser que fogem ao padrão heterossexual, coadunando em posicionamentos atitudinais favoráveis e desfavoráveis ao reconhecimento e conquista de direitos civis para este grupo.

Dentre as reivindicações da agenda LGBTTTT, destaca-se o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a criminalização da homofobia e a adoção de crianças. Estas temáticas refletem um cenário conflitante, em que é possível observar processos de afirmação de identidades, diferenciação intergrupala, expressão de preconceitos e apoio a políticas discriminatórias.

Tais processos possuem implicações psicossociais e requerem investigações que sirvam como vias de compreensão das bases estruturantes destas condutas, respaldando intervenções em prol da fomentação de uma cultura de respeito e acolhimento da diversidade.

Em função das discussões levantadas a esse respeito, que, por vezes, envolvem diretamente o nome da Psicologia enquanto ciência e profissão, considera-se pertinente fazer um levantamento bibliográfico do que a Psicologia brasileira tem produzido acerca do tema homossexualidade.

Por isso, é relevante esclarecer que o foco dado à área de Psicologia nesse artigo, não desmerece as diferentes áreas do conhecimento que se debruçam sobre este tema. Reconhece-se, aqui, que o conhecimento produzido pelas diferentes áreas do saber também possui sua relevância. O fato é que a Psicologia tem sido constantemente citada e colocada em cheque, e, nesse sentido, é preciso tomar uma posição acadêmica e científica a respeito dos caminhos políticos traçados no Brasil.

O presente trabalho, portanto, arraiga-se no âmbito de uma revisão sistemática e crítica da literatura brasileira psicológica e se propõe a contribuir para a ampliação das alterações que perpassam a homossexualidade, com o intuito de identificar lacunas a serem pesquisadas e respaldadas teoricamente.

Método

O procedimento metodológico utilizado para o desenvolvimento do presente estudo foi de

cunho bibliográfico. Mais precisamente, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, sem delimitar um período de tempo específico, com os descritores “homossexualidade” e “psicologia” nas principais bases de dados que indexam periódicos, a saber: Periódicos Eletrônicos de Psicologia - PePSIC (que inclui indexadores como Scientific Electronic Library Online-SciELO); BVS Psicologia Brasil (que contempla os seguintes indexadores: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde – Lilacs e o Index Psi Periódicos Técnico-Científicos) e o Portal de periódicos da CAPES. Para tanto, considerou-se os seguintes critérios de refinamento: a inclusão de textos publicados em língua portuguesa, escritos por psicólogos e/ou pesquisadores na área; e a exclusão de textos coincidentes, e/ou que não tiveram seus conteúdos disponíveis de maneira completa, e/ou que não fizeram referência direta ao tema.

O material discursivo foi lido/refletido na íntegra, de modo a extrair as convergências, divergências e novas perspectivas acerca do tema abordado. A partir da leitura exaustiva dos trabalhos, dois tipos de análises foram realizadas: uma quantitativa e outra qualitativa.

A primeira, de natureza quantitativa, objetivou traçar um perfil da produção bibliográfica, em relação à quantidade de trabalhos publicados, ano de publicação, região predominante dos pesquisadores, tipos de produção (teórica x empírica), áreas/teorias que se fundamentam as publicações, método de pesquisa utilizado e perfil dos participantes dos estudos.

A segunda, de cunho qualitativo, realizada a partir da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977), com a participação de três juízes, objetivou identificar as categorias temáticas de análise que representam os assuntos mais recorrentes na produção acadêmica brasileira sobre a homossexualidade.

Resultados

Em termos quantitativos, foram encontrados 32 trabalhos, incluindo artigos (28), dissertações (2) e teses (2), distribuídos ao longo de dez anos (2002-2012): 2009 (8), 2007 (6), 2010 (4), 2008 (3), 2002 (2), 2003 (2), 2011 (2), 2012 (2), 2004 (1), 2005 (1), 2006 (1). Quando foi avaliado o vínculo institucional do primeiro autor, se constatou que os trabalhos são produzidos, sobretudo, por estudiosos do sudeste (10), seguido do nordeste (8), sul (7), centro-oeste (3) e norte (1).

É relevante registrar também que dos trinta e dois trabalhos listados, dezoito são estudos empíricos e os outros quatorze são trabalhos teóricos. Sobre as áreas da psicologia que se fundamentam os textos encontrados, constatou-se o predomínio de trabalhos na área da psicologia social (22), seguidos de trabalhos mistos (8) que não seguem uma área teórica, nem uma teoria específica, e, por fim, de trabalhos fundamentados na teoria psicanalítica (2). Em relação especificamente ao método utilizado nos estudos empíricos, se sobressaíram as pesquisas qualitativas (27), compostas por estudos de caso e ensaios teóricos, seguida das que mesclam metodologias quantitativas e qualitativas (4), e por último, as quantitativas (1), com o uso de escalas e questionários. No que se refere aos participantes dos estudos, constatou-se que quatro foram realizados com homossexuais do sexo masculino, dois com homossexuais do sexo feminino, três com homossexuais tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino e os demais com a população em geral (familiares – 1; estudantes universitários – 4; professores – 1 e demais cidadãos – 2).

Em termos qualitativos, após analisar o conteúdo dos trabalhos que atendiam aos critérios de inclusão, foram elencadas seis categorias temáticas (Bardin, 1977), que representam os assuntos mais recorrentes na produção acadêmica brasileira sobre a homossexualidade. A seguir, serão apresentadas as principais elucubrações teóricas e empíricas a respeito de cada uma dessas categorias.

Concepções teóricas e história da homossexualidade: alguns apontamentos

O termo “homossexualidade” circunscreve o relacionamento sexual e afetivo entre pessoas do mesmo sexo (Pereira, 2009) e, até 1892, não consistia em uma categoria discursiva como hoje se apresenta. Nessa época, apesar das relações entre pessoas do mesmo sexo já existirem e causarem estranheza e reprovação, não representava ainda um marcador ou determinante da identidade.

No final do século XIX, em função do discurso médico-científico, a nomenclatura homossexual estava arraigada ao cerne das patologias. A sexologia, enquanto ciência emergente do século XIX, alicerçada no ideal positivista de classificação, acabou por elevar a homossexualidade ao status patológico (Belmonte, 2009; Vieira, 2009). Logo, a partir de então, a sexualidade tomou proporções para além de uma preocupação moral, pois tornou-se foco de produções discursivas que, pretensiosamente, se dizem verdadeiras sobre o sujeito (Guimarães, 2009; Madureira & Branco, 2007).

De acordo com Vieira (2009), Freud se apropriou das discussões em torno dessa problemática e teceu esforços para aniquilar o caráter de patogenicidade atribuído à homossexualidade, difundido nos manuais de psiquiatria da época. Nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, refuta as concepções do discurso médico a respeito da homossexualidade, retirando-a da condição de anormalidade.

Para além das divergências teóricas que possam suscitar as premissas lançadas por Freud, são inegáveis suas contribuições para a constituição de um pensamento crítico acerca das questões que apeteçam a homossexualidade. Este, na medida em que lança o convite para a problematização da própria heterossexualidade, propõe certa libertação do imperativo biológico como um processo natural de sua produção, demonstrando que a escolha do objeto sexual não é predeterminada e fixa, mas contingencial. Em linhas gerais, ele propõe o afastamento do olhar da biologia, em prol da ótica da cultura (Vieira, 2009).

Autores como Toledo e Pinafi (2012), afirmam que alguns dos estigmas que hoje perduram em relação aos sujeitos que fogem ao padrão heteronormativo, são frutos do julgamento arbitrário realizado séculos atrás pelo clivo da cultura judaico-cristã ao se referir aos sodomitas. Os sujeitos que mantinham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo (sodomia) eram considerados desviantes e doentes, sendo colocados à margem daquilo que vinha a ser a sexualidade humana, sofrendo, assim, com os preconceitos que lhe eram dirigidos (Belmonte, 2009; Fernandes, 2009; Santos, 2008).

Mediante essas considerações, as relações sexuais entre as pessoas do mesmo sexo biológico atravessavam a crença de que se originavam por consequências de incitações demoníacas. Gouveia et al. (2012) e Santos et al. (2007) lembram que o discurso da tradição judaico-cristã, dentre outros fatores, colaborou para as ações depreciativas em relação aos homossexuais, na medida em que os atribuíam uma conotação pecaminosa.

A sodomia já foi elevada à condição de crime, com o intuito de robustecer a repressão à homossexualidade, sendo perseguida e, conseqüentemente, castigada por três tribunais, a saber, Justiça Real, Santa Inquisição e a Vara Episcopal. Para essas instâncias investigativas/punitivas, as relações homossexuais representavam um pecado mortal e deviam ser banidas para se cumprir a vontade soberana de Deus (Pereira, 2009).

Silva (2003) ressalta alguns fatos históricos que contribuíram decisivamente para a marginalidade que a homossexualidade assume nos dias de hoje, por exemplo: o discurso médico-psiquiátrico, no final do século XVIII, com a patologização das práticas homossexuais; a

dicotomização dos papéis sexuais de pessoas do mesmo sexo entre ativo e passivo; a epidemia da AIDS na década de 1980 e a atribuição de suas causas aos homossexuais masculinos. Esses eventos contribuíram de forma significativa para o reflorescimento da homofobia que estava latente na sociedade, culminando em práticas discriminatórias pautadas em velhos preconceitos e estigmas sociais, como veremos mais detalhadamente na sessão a seguir.

Homofobia e preconceito internalizado: algumas considerações

Conforme Pinto (2011), a população brasileira LGBTTT representa, em média, 5% a 10% da população total, sendo alvo de discriminação, preconceito e atitudes negativas em virtude da sua orientação sexual.

O Brasil, assim como a maioria dos países ocidentais, é considerado um país de cultura machista, fundamentado no patriarcalismo, e estes fatores podem servir de explicações para os elevados índices de homofobia. A este respeito, Silva (2007) alerta para o fato de que mesmo com a não aceitação da condição do homoerotismo como transtorno mental pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ainda se percebe ações depreciativas homofóbicas em pleno século XXI.

Hoje, a homofobia é considerada uma violência de gênero e está enraizada profundamente na trama social, mantendo forte ligação com um conjunto de outros problemas sociais e estruturais. A complexidade e dimensão que abrange as questões em torno da homofobia significa um desafio para os psicólogos que, em grande medida, estão pouco afeiçãoados com o entendimento e operacionalização da gramática de gênero que exige uma compreensão de ordem psicossociológica (Smigay, 2002).

Acerca dessas questões, Pereira (2009), em uma revisão da literatura sobre as perseguições e condenações dos sujeitos que divergem do padrão heteronormativo, constatou que são mais verificáveis atitudes preconceituosas e discriminatórias em contextos religiosos que são fundamentados em citações bíblicas, concebendo crenças a respeito da natureza da homossexualidade. Este autor identificou na análise empreendida, que as crenças biológicas sobre a natureza da homossexualidade se relacionam negativamente com o preconceito flagrante e de forma positiva com o preconceito sutil. Por sua vez, a crença de natureza religiosa e ético-moral da homossexualidade e a crença na natureza psicológica mostraram correlação positiva com o preconceito. O único modelo de crença que apresenta relação negativa com o preconceito se ancora na natureza psicossocial da condição homossexual.

Tecendo algumas reflexões acerca de como o preconceito e a discriminação têm se colocado nas sociedades modernas, Fleury e Torres (2007) evidenciaram que algumas mudanças no âmbito social, legal e, a própria promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos na segunda metade do século XX, contribuíram para o declínio do preconceito e da discriminação. Porém, defendem a ideia de que estes não deixaram de existir, mas, apresentam-se hoje de maneira mais sutil e velada, isto é, de modo diferente daquelas expressadas em outros tempos.

Os autores supracitados constataram, em pesquisa realizada com 135 estudantes de pós-graduação na área de recursos humanos acerca de como estes avaliavam indivíduos homossexuais e heterossexuais, com o objetivo de verificar a presença de infra-humanização no preconceito contra homossexuais, que aos heterossexuais foram atribuídas mais características positivas em detrimento dos homossexuais. Perceberam também que as justificativas para a percepção negativa dos brasileiros com relação ao/a homossexual/homossexualidade estavam ancoradas em causas abstratas, na qual as pessoas se eximem de qualquer responsabilidade, atribuindo-a não a si mesmas, mas à nação, por exemplo.

Toledo e Pinafi (2012) realizaram uma pesquisa com o intuito de identificar os correlatos valorativos das motivações interna e externa, eleitas pelas pessoas para se posicionarem sem preconceito em relação ao público gay e constataram posições conservadoras a este respeito. O referido estudo evidenciou que o preconceito contra os homossexuais coaduna com o desejo dos heterossexuais de manter tradições referentes ao gênero, tais como a conservação do modelo heteronormativo. O mesmo revelou também correlação negativa para proceder sem preconceito entre a motivação interna e os valores normativos como a religiosidade, sinalizando que as pessoas atravessadas por crenças dessa ordem, agem sem preconceito, sobretudo em função das pressões sociais do que mesmo de suas convicções internas. Os dados encontrados por Toneli et al. (2003) corroboram esses achados.

O sentimento de exclusão dos homossexuais é tão significativo que mesmo os que nunca sofreram algum tipo de preconceito em relação a sua orientação sexual, temem serem vítimas de atitudes dessa ordem. Em pesquisa com esse público, Madureira e Branco (2007) identificaram em suas narrativas o medo das retaliações tanto por parte dos amigos, quanto da família, sendo muitas vezes necessário mentir e/ou omitir a própria orientação sexual em prol da coexistência das relações.

Em pesquisa realizada por Fernandes e Santos (2009), com o objetivo de conhecer as estratégias utilizadas pelos sujeitos homossexuais para enfrentar o preconceito, foi constatado que o foco no problema (análise direta dos fatores estressores) e a busca por suporte social (busca de apoio de pessoas próximas) se caracterizaram como as estratégias mais recorridas. A busca por estas estratégias de enfrentamento do preconceito visam promover a tolerância, a minimização, assimilação ou ignorância do agente estressor, configurando-se como um mecanismo de adaptação para o manejo dos problemas. Os resultados desta pesquisa indicaram, também, que as pessoas que recorrem à análise direta do foco do problema e ao suporte social como maneiras de enfrentar a discriminação, tendem a explicar os eventos de suas vidas baseados em suas próprias habilidades e ações. Ao passo que as pessoas que se ancoram em recursos emocionais e religiosos para enfrentar a discriminação, atribuem às causalidades externas, como sorte, destino, Deus e outras pessoas, os acontecimentos de sua vida.

Conforme Nunan (2010), os sujeitos estigmatizados estão com a autoestima em constantes ameaças (diretas e indiretas), dado a gama de estereótipos produzidos pelas instituições sociais tais como, a família, a escola, bem como por intermédio das informações difundidas nos meios de comunicação de massa. Para este autor, as instituições citadas contribuem para a manutenção de imagens estereotipadas que denotam aos homossexuais um caráter de inferioridade e desvio moral em relação aos heterossexuais, fazendo com que os mesmos internalizem esse tipo de associação.

A título de exemplificação de como as instituições pelas quais o sujeito é perpassado reforçam modelos engessados de concepção de gênero e sexualidade, podemos citar a pesquisa desenvolvida por Maia et al. (2011) com grupos de professores sobre a homossexualidade. Neste estudo, verificou-se no discurso dos professores a crença em padrões hegemônicos a respeito do masculino e do feminino, bem como, concepções que não levam em consideração o importante caráter político e instrumental de transformações sociais da escola, sobretudo a discussão das questões que perpassam o gênero e a sexualidade.

Britzman (2009), tecendo reflexões acerca da Psicologia do amor e a escola por intermédio de uma leitura psicanalítica, sugere que a pedagogia reconheça as diferentes expressões de amor, seja ela homo ou heterossexual no escopo de suas preocupações, a partir de um viés que considera tais expressões não como um problema e sim a forma como os sujeitos se posicionam na vida.

Assim, dialogando sobre o processo de escolarização e sua relação com a história individual que cada sujeito carrega, Britzam (2009, p. 56) afirma que:

A escolarização é o lugar em que estas dimensões de histórias se encontram e competem, causando uma confusão do tempo. O que era impensável para uma geração, a mais nova assume como dado. Os professores devem encarar uma geração de estudantes que não conhecem a sexualidade sem um mundo de AIDS, famílias gays e lésbicas, orgulho gay, fertilização *in-vitro*, controle de natalidade, direitos dos transexuais, *websites* de informação que excedem o conhecimento baseado na escola e rompem todo monopólio acerca da visão de mundo.

Ferrari e Marques (2010), por sua vez, avaliam o processo de exclusão que é estabelecido na escola como sendo resultado de processos classificatórios e discriminatórios, que acabam por legitimar a compreensão da realidade dos sujeitos envolvidos nesse contexto. Muitas vezes no cotidiano escolar, constata-se que os alunos que não se enquadram nos padrões considerados normais, ficam às margens ou são eliminados da convivência social, rotulados como produtos que não se adaptam e/ou não atendem as expectativas.

Apesar de a escola ser por definição um local privilegiado para o questionamento da realidade e para a transformação social, percebe-se o silenciamento e o imobilismo dessa instituição frente às questões das ações depreciativas, como por exemplo, a homofobia. Cabe a escola, trabalhar no sentido de promover projetos que possibilitem a emancipação dos alunos, reconhecendo e problematizando o que está posto como natural no cotidiano escolar (Ferrari & Marques, 2010).

No que tange a internalização do preconceito, quando muito forte e perniciosos os estereótipos, as vítimas tendem a aceitá-lo e a incorporá-lo a sua autoimagem, nutrindo assim, sentimentos negativos a respeito da própria orientação sexual e, conseqüentemente, generalizando para o *self* como um todo. Essa postura é denominada pela literatura pertinente por preconceito internalizado. Segundo Toledo e Pinafi (2012) esse tipo de preconceito pode acarretar em isolamento afetivo, sexual e social dos homossexuais.

Segundo Nunan (2010), o preconceito internalizado está, na maioria dos casos, correlacionado com sentimentos de culpa, vergonha, ódio de si mesmo, medo, desconfiança, insegurança, baixa autoestima, dificuldade de estabelecer e manter relacionamentos amorosos, isolamento social, entre outros.

A ideia de internalização do preconceito surge a partir da década de 1970 e ganha força na década de 1980, com a criação do conceito “homofobia internalizada” por Malyon. A internalização do preconceito seria de maneira sucinta, a aceitação de características inferiores que resultariam em sentimentos de vergonha do sujeito homossexual em se reconhecer de tal modo (Nunan, 2010).

Conforme Madureira e Branco (2007), a homofobia internalizada desestrutura subjetivamente os sujeitos, pois há o deslocamento da violência simbólica do campo intersubjetivo para a dimensão subjetiva, acarretando sérias conseqüências em suas vidas. Nas palavras desses autores:

A homofobia internalizada, emocionalmente enraizada, no caso das pessoas que apresentam uma orientação homoerótica traz um potencial desestruturante em termos subjetivos, ou seja, consiste em um foco de sofrimento psíquico (culpa, ansiedade, depressão...). Em outras palavras, a violência simbólica subjacente à homofobia social (plano intersubjetivo) reaparece como violência contra si mesmo(a) (plano subjetivo). Além disso, pode implicar em uma dissociação entre os desejos, as fantasias e as relações afetivo sexuais homoeróticas vivenciadas e outras dimensões importantes de si mesmo(a) (Madureira & Branco, 2007, p. 87).

Coelho (2008) aponta que o processo de internalização da homofobia pode resultar na ocultação e/ou rejeição da própria identidade homossexual, envolvendo assim, as relações

românticas e sexuais vivenciadas por estes sujeitos em um clima de segredo, perpassado pelo sentimento de vergonha. Assim sendo, assumir-se como contrário a norma que condiciona o gênero e a sexualidade nos moldes heterossexuais é, em grande medida, se expor as retaliações e o ostracismo de uma sociedade pouco tolerante frente à alteridade (Toledo & Pinafi, 2012).

Homossexualidade e repertórios discursivos: cura, apoio familiar e identidade

Por volta de quatro décadas atrás, os cientistas das áreas de saúde e de humanas ainda discutiam as questões relacionadas à orientação sexual sob a égide da dicotomização saúde *versus* doença, ou seja, como sendo uma patologia passível de cura (Santos & Fernandes, 2009). Atualmente muitos discursos giram em torno das questões relacionadas à homossexualidade, inclusive sobre a possibilidade de tratamento. Conforme Dunker e Neto (2010), estas premissas se constituem como ponto nevrálgico quando se refere à homossexualidade egodistônica, em que a orientação sexual do sujeito não está em harmonia com seu desejo, podendo este, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), procurar tratamento. Neste caso a homossexualidade é concebida como um transtorno passível de cura, sendo considerada razão de sofrimento pelo próprio indivíduo (Belmonte, 2009).

Para tais autores, no Brasil esta ideia de cura da homossexualidade está ligada ao discurso religioso conservador que se intensificou entre as décadas de 1980 a 2000, provocando relações conflituosas.

Outra questão bastante polêmica concerne aos estudos que tecem considerações sobre a possibilidade da homossexualidade estar ligada a uma condição genética. Contudo, Menezes e Brito (2007) afirmam que os estudos realizados não se baseiam em evidências empíricas consistentes. Conforme essas autoras, a dificuldade em localizar os supostos determinantes biológicos que explicariam o comportamento homossexual pode estar atrelada a proposição de que o padrão homossexual mantém relações com a variabilidade, o alargamento do prazer sexual e com questões evolutivas.

Pereira (2009), ao se debruçar na investigação das crenças a respeito da natureza da homossexualidade, constatou que se trata de uma estrutura multidimensional, em que há concepções que contemplam crenças essencialistas de cunho biológico, crenças de que se trata de uma doença psicológica, bem como, crenças que concebem a dimensão religiosa e ético-moral sobre a natureza da homossexualidade.

Em pesquisa realizada por Lacerda et al. (2002), foram entrevistados 220 universitários, dentre estes, alunos do curso de Psicologia, Engenharia Civil e Medicina, com o intuito de obter explicações acerca da homossexualidade. Tendo em vista que foi utilizada uma escala de respostas para a homossexualidade que apresentava explicações biológicas, ético-morais, religiosas, psicológicas e psicossociais, os autores verificaram que as respostas que mais predominaram foram as de ordem ético-morais com 14%, seguidas por justificativas religiosas (13%), psicossociais (12%), psicológicas (11%), e, por fim, por explicações biológicas com 9% das respostas. Na análise das ancoragens sociais, os autores constataram que as explicações que apresentavam um caráter mais preconceituoso estavam ligadas aos estudantes de engenharia, que deram respostas balizadas no caráter ético-moral e religioso. Já o grupo de não-preconceituosos e dos preconceituosos sutis foi constituído por mulheres e estudantes de Psicologia, que justificaram suas respostas a partir do viés das questões psicossociais.

Na pesquisa realizada por Palma e Levandowski (2008), com seis mulheres homossexuais da cidade de Caxias do Sul (Rio Grande do Sul) e região, foi constatado que as participantes da pesquisa se referiram à homossexualidade como algo inerente ao sujeito e sua história e não como

uma opção sexual. Quanto às consequências positivas da homossexualidade, percebeu-se que as respostas apontavam para sentimentos de felicidade, melhora na qualidade do relacionamento, possibilidade de ficar com pessoas dos dois sexos e de fazer novas amizades. Enquanto que em relação às consequências negativas da condição homossexual, foram apontados o preconceito e o isolamento. Ainda com relação à mesma pesquisa, quando indagadas qual tinha sido a reação dos familiares frente à revelação da homossexualidade, as respostas variaram entre apoio, nervosismo, choque, agressividade e culpa.

Sobre o apoio familiar, Santos et al. (2007), em relato de experiência de grupos de pais com filhos homossexuais, acentuaram que a não aceitação dos genitores em relação a orientação sexual dos filhos corrobora com o florescimento do preconceito, engendrando assim, ações depreciativas que reforçam o estigma social enfrentado pelo público gay nos espaços macrossociais. O estudo evidenciou, ainda, que há maior facilidade das mães em detrimento dos pais de abordarem a temática da alteridade do comportamento sexual dos filhos que se distanciam da heteronormatividade.

Toneli et. al. (2003) também ressaltam a importância da família no enfrentamento dos conflitos vivenciados pelo sujeito homossexual, sobretudo na adolescência. Dada à complexidade da experiência e o entendimento que a descoberta da condição homossexual dos filhos ainda se configura como um tabu para muitos pais, os referidos autores realçam a importância de grupos de acolhimento que objetivem discutir/refletir a temática, visando redesenhar a percepção dos pais frente à situação.

Trazendo uma discussão acerca da lesbianidade na telenovela *Senhora do Destino* (Rede Globo, 2004-2005), Borges e Spink (2009) posicionaram a mídia como grande construtora de novas dinâmicas e produtoras de novos sentidos, tendo em vista que a mídia é por eles entendida como o reflexo da sociedade e, portanto, denota as práticas discursivas um caráter multifacetado. Na análise de recortes das falas de alguns personagens da novela mencionada, os autores constataram que os termos utilizados (“desgosto”, “doença”, “imoral”, “desaprovação”, “sapatona”, “vício”, etc.) para referenciar a opinião dos familiares com relação à orientação sexual da filha homossexual serviam para denotar um caráter patogênico e de má-conduta da mesma. Por fim, os dados revelaram que tem existido, de fato, uma incorporação/familiarização da temática “lesbianidade” na mídia como um todo e, conseqüentemente, na sociedade. No entanto, a forma como essa legitimação/incorporação tem se colocado, é ainda insuficiente para a desestabilização das normas e modelos sexuais ditos normais e hegemônicos.

No estudo realizado por Chidiac e Oltramari (2004), acerca da identidade *queer* das *drag queens*, ficou claro que a identidade desses sujeitos não é fixa, mas está em constante processo de metamorfose, contrariando a ideia de uma essência identitária. Assim, os sujeitos *drag queens* seriam e estariam, ao mesmo tempo, assumindo características físicas e psicológicas tanto masculinas quanto femininas, tendo em vista, que estes buscam assumir no ato performático o outro que não lhe é acessível, no caso o sexo feminino.

No tocante a identidade do sujeito que interpreta a *drag*, os autores supracitados perceberam nas entrevistas realizadas com três *drag queens* que estes conseguem manter certa autonomia das duas identidades construídas, porém, reconhecem que muitas vezes pode haver certa confusão entre as mesmas. Assim, pode-se dizer que as *drags* possuem traços psicológicos, posturas e atitudes que são construídos única e exclusivamente para a montagem do personagem que escolhem interpretar.

Homossexualidade e movimentos sociais: a tessitura de uma rede complexa de reivindicações

No Brasil, iniciaram-se as discussões no âmbito público sobre a homossexualidade no final dos anos 1970, período em que vários grupos de militância social fizeram eclodir debates em torno do direito desta poder ser vivida fora da configuração da clandestinidade. Sendo, esse período contemporâneo ao movimento de oposição à ditadura militar, onde fervilhavam manifestações de propostas alternativas aos costumes e ao moralismo ao qual se ancorava a classe média, emergem lutas de cunho político em defesa do amor livre e o amor entre iguais (Belmonte, 2009).

Ainda de acordo com o mesmo autor, os diferentes movimentos sociais que imbricaram a luta pela reivindicação dos direitos de cidadania após a década de 1970 no Brasil, foram muito importantes para a construção de uma identidade homossexual, como também, contribuíram para o processo de transformação da representação que se tinha da própria homossexualidade. Os movimentos sociais, apesar de suas diferenças, eram caracterizados pelo modo coletivo de tomada de decisões, priorizando as reivindicações do grupo como um todo, não negando em suas pautas de discussões temas que atravessavam as minorias culturais, étnicas e sexuais, como por exemplo: sexualidade, contracepção, aborto, inserção da mulher no mercado de trabalho, o racismo e movimentos afirmativos da homossexualidade.

Seguindo, ainda, o raciocínio de Belmonte (2009), no final da década de 1970, os movimentos de militância homossexual ganharam força e visibilidade, engendrando na complexa tessitura da rede de reivindicações, jornais ligados aos militantes, reuniões de discussão e ativismo, construindo e fortalecendo, assim, uma identidade enquanto grupo social. Contudo, é válido ressaltar que apesar das transformações propiciadas pelos movimentos homossexuais dessa época, as críticas e tensões não deixaram de lhes permear no sentido de alertar para a ênfase no gênero masculino que vinha sendo difundida, reproduzindo por vezes, a dinâmica das relações de gênero estabelecidas pelos heterossexuais.

Um importante aspecto a ser destacado é que o surto de AIDS na década de 1980 provocou mudanças na organização da militância homossexual, estabelecendo uma nova fase do movimento, na qual as discussões em relação à proposta da liberação homossexual foram colocadas em suspensão, visto que nesse momento a preocupação central consistia nas possíveis intervenções e assistência às vítimas. Em razão da notoriedade que a doença alcançou em todo o país, pode ser evidenciado para a sociedade que o sujeito homossexual existe e que não podia ser considerado como o “outro” na perspectiva de um continente a parte, alheio à realidade nacional (Belmonte, 2009).

Promovendo reflexões acerca dos movimentos sociais, Machado e Prado (2005) apontam que a dualidade existente entre “Movimentos Sociais Tradicionais”, que reivindicam questões econômico-estruturais, e os “Movimentos Sociais Novos”, que estão preocupados com as questões simbólico-culturais, por assumirem um caráter único e particular na análise desses fenômenos, tem-se mostrado insuficientes para dar conta dos “novos movimentos sociais”.

O movimento LGBTTT serve para constatar a insuficiência dessa dualidade, tendo em vista que este movimento assume hoje no Brasil um caráter de questões político-econômicas, na reivindicação de direitos, como por exemplo, a luta pela legalização da parceria civil. Esta posição reverbera na contestação de elementos simbólico-culturais, como é o caso da insuficiência do conceito de família na atualidade, frente às novas configurações familiares (Machado, & Prado, 2005).

Na pesquisa, realizada pelos autores acima, sobre os movimentos sociais de dois grupos

LGBTTTT organizados (um de gays e outro de lésbicas) na cidade de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais, constatou-se a existência de “heterogeneidade da luta política nesse campo dos direitos nas sociedades modernas” (p. 56), o que pode dificultar na conquista dos direitos, apesar de reconhecermos os grandes avanços e conquistas nos últimos anos desses movimentos.

Ainda nessa mesma pesquisa, os autores concluíram que com relação à identidade coletiva, ficou evidente a diversidade de práticas das quais os grupos se utilizam para compor suas identidades, mesmo que temporárias, corroborando assim, na multiplicidade dos movimentos homo na referida cidade.

A redemocratização do Brasil culminou na maior abertura do estado para a participação social na proposição de políticas públicas, inclusive dos movimentos relacionados à homossexualidade. Os temas centrais postos em pauta pelo movimento homossexual são referentes ao direito de adoção por casais homoafetivos, herança em caso de morte de um dos cônjuges, pensão, legalização do casamento entre iguais, legislação que puna a homofobia, entre outros (Belmonte, 2009). Hoje se percebe que boa parte destas reivindicações foram atendidas e avançaram, ao menos de forma parcial, no sentido da legalização do casamento gay; da adoção e o entendimento da homofobia como um crime, representando atualmente o que há de mais atual e recorrente no debate referente às questões que apeteçam a homossexualidade.

Homossexualidade e adoção: novas possibilidades

Pode-se perceber que nas últimas décadas o conceito de família tem passado por algumas mutações e que na atualidade não podemos mais dizer que esta seja constituída apenas por casais heterossexuais, visando atender a um modelo de família nuclear. Todavia, a união conjugal entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de filhos por parte destes ainda não são legitimadas juridicamente. Esta dificuldade tem sido apontada devido ao preconceito e exclusão social de grupos minoritários, a exemplo, dos homossexuais (Araújo, Oliveira, Sousa, & Castanha, 2007).

No Brasil, um homossexual legalmente pode adotar uma criança porém, ainda há resistências que, por vezes, se pautam em impedimentos morais, evidenciando que apesar da sociedade brasileira vir modificando seus conceitos, ainda se trata de um processo lento. Nossas leis não contemplam a possibilidade de adoção por casais homoafetivos, motivo pelo qual muitos homossexuais se candidatam à adoção na condição de família monoparental, evitando com isso o julgamento de sua orientação sexual (Futino & Martins, 2006).

Na pesquisa realizada por Araújo et al. (2007) com estudantes concluintes dos cursos de Direito e Psicologia acerca das representações sociais que estes apresentavam em relação a adoção por casais homoafetivos, constatou-se que 51% da amostra total demonstrou ser contrários à adoção. Já com relação à porcentagem de alunos que se mostraram favorável a adoção, registrou-se 29% dos estudantes de Direito e 40% dos estudantes de Psicologia. Para justificar tais posicionamentos, ficou explícito na pesquisa que os alunos se ancoraram nos discursos moral-religioso, médico-científico e psicológico. Os autores sugerem a partir de tais dados, a elucidação da temática através de uma análise psicossocial, tendo em vista que ela assume um caráter complexo e dinâmico.

Psicologia e questões de gênero: (Des)construindo sentidos

Mesmo reconhecendo os avanços da Psicologia para com as questões de orientação sexual, a exemplo, do enfraquecimento do paradigma da cura da homossexualidade ou de reorientação das práticas “desviantes”, percebe-se que o viés heterossexista ainda prevalece nas pesquisas e nas práticas psicológicas (Lacerda & Camino, 2002). Não é de se negar que, muitas vezes, a

ciência psicológica contribuiu decisivamente com as suas verdades para legitimar os pensamentos aversivos e negativos acerca da homossexualidade (Guimarães, 2009).

Aponta-se ainda, que o preconceito assumido por alguns psicólogos é do tipo velado, pois tratam a homossexualidade como um distúrbio que deve ser assumido e/ou superado. A própria resolução 001 do Conselho Federal de Psicologia - CFP, que referencia a atuação do psicólogo com relação à orientação sexual, estabelece que a homossexualidade não se configura como uma doença, porém, muitos psicólogos ainda assumem a ideia de cura, apoiando-se em preceitos morais e religiosos em suas práticas.

Logo, cabe ressaltar que as práticas dos profissionais da Psicologia, no que se referem ao público LGBTTT, devem colaborar para a aniquilação de concepções de cunho preconceituoso e discriminatório das identidades sexuais que não seguem a hegemonia dominante (Guimarães, 2009; Madureira & Branco, 2007).

Em relação à clínica psicológica com o público não-heterossexual, Toledo e Pinafi (2012) alertam para a necessidade de se tomar cuidado com a cristalização de uma identidade homossexual, tendo em vista que esses sujeitos buscam fundamentar uma percepção de si que não seja vazia e acabam se tornando, muitas vezes, apenas essa auto-imagem, impedindo a emergência de outras identidades necessárias para uma vida social mais satisfatória. Para tanto, a clínica nunca, em hipótese alguma, deverá contribuir para o enrijecimento da identidade homo ou heterossexual, e sim viabilizar que o sujeito possa ver-se/sentir-se livre para outras condições existenciais.

Para Toledo e Pinafi (2012), os terapeutas que atendem o público LGBTTT devem colaborar e ajudar os sujeitos não-heterossexuais a refletir de maneira positiva acerca de suas experiências e relações, auxiliando o paciente na reelaboração daquilo que para ele é negativo na sua condição sexual.

Cabe ressaltar que o objetivo da clínica com o público LGBTTT não é o de fazer com que o homossexual seja feliz, nem tampouco que se sintam normais, mas principalmente, que reconheçam e assumam sua diferença.

A gramática de gênero e sexualidade requer uma discussão ampla que considere os diferentes fatores intervenientes, culturais, sociais (macrossociais e microssociais), subjetivos, e entre outros, para que se possa chegar a uma compreensão condizente com as dimensões das nuances que a envolvem. Cabe à Psicologia, superar o olhar individualista que tradicionalmente lhe atravessa e propor pesquisas sobre gênero e sexualidade de forma interdisciplinar, fortalecendo o diálogo com os demais campos do saber, evitando concepções reducionistas e politicamente ingênuas sobre essa temática. Este tipo de postura deve ser gerenciada o quanto antes, afinal, a Psicologia produz conhecimentos que podem e devem ser capazes de contribuir com a transformação social alicerçada nos ideais de uma cultura democrática que valoriza e respeita a diversidade (Madureira & Branco, 2007).

A psicologia esteve por muito tempo presa a conceitos e preconceitos que a impediram de avançar em algumas questões, inclusive nos aspectos referentes à diversidade sexual. Precisamos superar o discurso da heteronormatividade para avançarmos no processo de compreensão das múltiplas e complexas nuances sob as quais se engendram os sujeitos homossexuais, as identidades sexuais e de gênero de um modo geral (Santos, 2008).

Discussão

Com base na revisão sistemática realizada, serão pontuadas algumas rápidas reflexões sobre o estado da arte dos trabalhos realizados na Psicologia sobre o tema homossexualidade.

Em primeiro lugar, é relevante refletir sobre o número ainda escasso de trabalhos brasileiros produzidos na área da Psicologia sobre o tema homossexualidade, e, também, a disparidade na produção acadêmica entre as macrorregiões brasileiras, pois enquanto o sudeste e o nordeste figuram com o maior número de produções acerca do tema, as demais regiões mostram uma produção muito incipiente. De acordo com Santos (2008), essa pouca visibilidade dada ao tema da diversidade sexual é reflexo de uma ciência que se tornou hermética a determinadas questões, em função da preservação de um modelo binário de compreensão da realidade humana. Por outro lado, não se pode negar que a produção científica sobre o tema homossexualidade tem, nos últimos anos, mesmo que de forma tímida, começado a se destacar no cenário da Psicologia brasileira, o que leva a acreditar que este tema está, paulatinamente, saindo do campo da invisibilidade acadêmica, mérito este atribuído, sobretudo, a área da Psicologia Social.

Em segundo lugar, é importante refletir, especificamente, sobre os poucos estudos empíricos realizados em relação ao tema, principalmente com a população homossexual. Este dado aponta lacunas que indicam a necessidade de mais pesquisas que tornem conhecidas as vivências dos homossexuais em seu contexto sócio-familiar e cultural, tal como a diversidade de discursos que são compartilhados por esses atores, que, por vezes, contribuem para o modo como estes se posicionam social e subjetivamente.

No que se refere aos temas problematizados, prevalece o tema homofobia, talvez em virtude do grande número de casos de violência contra homossexuais veiculados pelos meios de comunicação e amplamente discutidos pelo senso-comum, e de casos de preconceito e discriminação contra homossexuais, que extrapolam os limites das relações pessoais e demandam intervenções judiciais.

Também é interessante notar que para além de temas clássicos que permeiam as discussões acerca da homossexualidade, novas alterações emergem no cenário das reivindicações dos movimentos sociais como, por exemplo, questões referentes à adoção por casais homossexuais e a oficialização dos casamentos entre pessoas do mesmo sexo. No entanto, estas problematizações são pouco exploradas pela literatura, o que é compreensível em função do caráter recente do percurso histórico desses movimentos.

Considerações Finais

Os resultados discutidos, *a priori*, mostram a complexidade e o caráter polissêmico do tema homossexualidade, sendo este passível de interpretações a partir de diversos discursos, que tentam dar conta do fenômeno em voga. Dentre estes discursos, destaca-se o da Psicologia que, apesar de ainda incipiente, nos últimos anos tem sido demandada a se posicionar frente à problemática da gramática de gênero e sexualidade, como também na construção de intervenções que ora propõem a reorientação da sexualidade pautado na conservação do modelo heteronormativo, ora propõem um tratamento ao sofrimento advindo da experiência homossexual, numa lógica mais contextualizada.

A Psicologia enquanto ciência e profissão, a partir da instância maior que regulamenta e normatiza a prática profissional do psicólogo (CFP), se posiciona de modo contrário a toda e qualquer intervenção que desconsidere a diversidade na forma como os sujeitos expressam os seus afetos, sejam eles hetero ou homossexuais. Desse modo, cabe a esse profissional estar atento a essas questões, para que assim possa melhor delinear a sua prática em conformidade com o objetivo de minimização e/ou extinção da discriminação, preconceito e violência com relação àqueles que não se encaixam no modelo dominante de sexualidade.

Por fim, porém, sem ter a pretensão de esgotar a problemática aqui abordada e discutida,

reconhece-se a importância de novas pesquisas, principalmente empíricas, no campo da Psicologia, que busquem identificar todo o processo pelo qual o sujeito homossexual se vê perfilhando diante da vivência de sua sexualidade. Aponta-se também a necessidade de revisões bibliográficas que possam compilar um maior acervo de estudos sobre a temática, abrangendo uma maior variedade de descritores, de idiomas e de áreas do conhecimento além da Psicologia.

Referências

- Araújo, L. F., Oliveira, J. S. C., Sousa, V. C., & Castanha, A. R. (2007, maio). Adoção de crianças por casais homoafetivos: Um estudo comparativo entre universitários de direito e de psicologia. *Psicologia e Sociedade*, 19(2), 95-102. Recuperados em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000200013>
- Bardin, Laurence. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Belmonte, P. R. (2009, jun). História da Homossexualidade: Ciência e Contra-Ciência no Rio De Janeiro. (Tese de doutorado, Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ). Recuperados em <http://www.fiocruz.br/ppghcs/media/tesepilarbelmonte.pdf>
- Britzman, D. P. (2009). Professor@s e Eros. *Educar - UFRP*, (35), 53-62. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602009000300005>
- Borges, L. S., & Spink, M. J. P. (2009, dez). Repertórios sobre lesbianidade na mídia televisiva: Desestabilização de modelos hegemônicos? *Psicologia e Sociedade*, 21(3), 442-452. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000300018>
- Chidiac, M. T. V., & Oltramari, L. C. (2004). Ser e estar drag queen: um estudo sobre a configuração da identidade queer. *Estudos de Psicologia, Natal*, 9(3), 471-478. Recuperados de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n3/a09v09n3.pdf>
- Coelho, C. C. F. (2008). *Atitudes de Guardas Prisionais Relativamente a Contactos Sexuais entre Reclusos e à sua Prevenção*. Dissertação de Mestrado). Recuperados em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8713>
- Dunker, C. I. L., & Neto, F. K. (2010). (Curar a Homossexualidade? A psicopatologia prática do DSM no Brasil. *Rev. Mal-Estar e Subjetividade*, 10(2), 425-446. Recuperados em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482010000200004&script=sci_arttext
- Ferrari, A., & Marques, L. P. (2010, jun). Homossexualidade e deficiência mental: jogos discursivos e de poder na construção dessas identidades no contexto escolar. *Revista Mal-estar e Subjetividade, Fortaleza*, 10(2), 635-672. Recuperados de http://www.unifor.br/images/pdfs/subjetividade/artigo12_2010.2.pdf
- Fleury, A. R. D., & Torres, A. R. R. (2007, out). Análise psicossocial do preconceito contra homossexuais. *Estudos de Psicologia*, 24(4), 475-486. Recuperados de <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v24n4/v24n4a07.pdf>
- Futino, R. S., & Martins, S. (2006, dez). Adoção por homossexuais – uma nova configuração familiar sob os olhares da psicologia e do direito. *Aletheia*, (24), 149-159. Recuperados de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-03942006000300014&script=sci_arttext
- Gouveia, V. V., Athayde, R. A. A., Soares, A. K. S., Araújo, R. C. R., & Andrade, J. M. A. (2012, abr). Valores e Motivações para Responder sem Preconceito Frente a Homossexuais. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 17(2), 215-225. Recuperados em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v17n2/v17n2a04.pdf>

- Guimarães, A. F. P. (2009). O desafio histórico de “tornar-se um homem homossexual”: um exercício de construção de identidades. *Temas em Psicologia*, 17(2), 553-567. Recuperados de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X2009000200023&script=sci_arttext
- Lacerda, M., Pereira, C., & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 165-178. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722002000100018>.
- Maia, A. C. B., Navarro, C., & Maia, A.F. (2011). Relações entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental. *Revista Psicologia da Educação*, 32(1), 25-46. Recuperados em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752011000100003
- Machado, F. V., & Prado, M. A. M. (2005, jun). Movimentos homossexuais: A constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura. O caso de dois grupos brasileiros. *Interações*, 10(19), 35-62. Recuperados de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-29072005000100003&script=sci_arttext
- Madureira, A. F. A., & Branco, A. M. C. U. A. (2007, jan). Identidades Sexuais Não-hegemônicas: Processos Identitários e Estratégias para Lidar com o Preconceito. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 23(1), 81-90. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722007000100010>
- Menezes, A. B. C., & Brito, R. C. S.(2007, jan). Reflexão sobre a Homossexualidade como Subproduto da Evolução do Prazer. *Psicologia em Estudo*, 12(1), 133-139. Recuperados em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n1/v12n1a15.pdf>
- Nunan, A., Jablonski, B., Féres-Carneiro, Terezinha. (2010). O Preconceito Sexual Internalizado por Homossexuais Masculinos. *Interação em Psicologia*, 14(2), 255- 262. Recuperados de <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/psicologia/article/view/12212>
- Nunan, A. (2010, jul). Preconceito internalizado e comportamento sexual de risco em homossexuais masculinos. *Psicologia Argumento*, 28(62), 247-259. Recuperados em <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/pa?dd1=3726&dd99=view>
- Palma, Y. A., & Levandowski, D. C. (2008, out). Vivências pessoais e familiares de homossexuais femininas. *Psicologia em Estudo*, 13(4), 771-779. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000400015>
- Pereira, A. S. L. S. (2009, nov). Normas Sociais, Crenças sobre a Natureza da Homossexualidade e Preconceito contra os Homossexuais. (Tese de doutorado, Fundação para a ciência e tecnologia). Recuperados em <https://repositorio.iscte.pt/handle/10071/2784>
- Pinto, D. P. (2011, out). Discriminação, Preconceito e Atitudes Relativamente a Lésbicas: Estudo numa Amostra de Estudantes de Enfermagem. (Dissertação de Mestrado). Recuperados em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/17832>
- Psicologia, Conselho Federal. (2013, jun). Direitos Humanos: Aprovação do PDC 234/2011 é um retrocesso. *Notícias Conselho Federal de Psicologia*. Recuperados em: <http://site.cfp.org.br/nota-do-cfp-aprovacao-do-pdc-2342011-e-um-retrocesso-para-os-direitos-humanos/>
- Santos, A. F., & Fernandes, S. C. S. (2009). Enfrentamento, locus de controle e preconceito: um estudo com pessoas de orientação sexual homoafetiva. *Psicologia em Revista*, 15(3), 101-119. DOI 10.5752/P.1678-9563.2009V15N3P101
- Santos, E. N.(2008). Adolescência, homossexualidade, gênero: a psicologia sócio-histórica como um novo caminho. *Revista de Psicologia da Unesp*, 7(1), 1-11. Recuperados de <http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewArticle/92/121>.
- Santos, M. A., Júnior, J. U. B., & Moscheta, M.S.(2007). Grupo de pais de jovens homossexuais.

Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas, 3(2), 1-16. Recuperado de DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-69762007000200002>.

- Silva, V. G. A. (2007, mar). Visibilidade do suposto passivo: uma atitude revolucionária do homossexual masculino. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 7(1), 71-88. Recuperados em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000100006
- Silva, S. G. (2003). Preconceito no Brasil Contemporâneo: as Pequenas Diferenças na Constituição das Subjetividades. *Psicologia Ciência & Profissão*, 23(2), 2-5. Recuperados de <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n2/v23n2a02.pdf>
- Smigay, K. E. V. (2002, jun). Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista*, 8(11), 32-46. Recuperados de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/136>
- Toledo, L. G., & Pinafi, T. (2012). A clínica psicológica e o público LBGT. *Psicologia Clínica – PUCRJ*, 24(1), 137-163. Recuperados de <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652012000100010>
- Toneli, M. J. F., Mendes, D., Vavassori, M. B., Guedes, T., & Finkler, I. (2003, Jul). Concepções e práticas de adolescentes do sexo masculino sobre sexualidade. *Psico-USF*, 8(2), 203-211. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712003000200012>.
- Vieira, L. L. F. (2009, jun). As Múltiplas Faces da Homossexualidade na obra freudiana. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 9(2), 487-525. Recuperados de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S151861482009000200006&script=sci_arttext&tlng=es

Como Citar:

Alexandre, M. E. S. de, Lima, E. D. de, & Galvão, L. K. de S. (2014). Homossexualidade e a Psicologia: revisitando a produção científica nacional. *Revista Brasileira de Psicologia*, 1(2).